

**SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**ATA DA 6<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 51<sup>a</sup> LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE  
1999.**

**Às nove horas e quarenta minutos do dia 28 de outubro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador José Fogaça e com a presença dos Senhores Senadores, Agnelo Alves, Francelino Pereira, Roberto Saturnino, Maria do Carmo Alves, Leomar Quintanilha, Luiz Estevão, Lúcio Alcântara, e Luiz Otávio, reúne-se a Subcomissão do Cinema Brasileiro. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, é a terceira do ciclo denominado “Povo do Cinema” que tem como objetivo ouvir os vários setores do cinema brasileiro e para tal, convidou os seguintes expositores; Sr. Helvécio Ratton (Direção–MG), Sr. Sérgio Santeiro (Diretor do Instituto de Arte e Comunicação da UFF–RJ) e a Sra. Mariza Leão (Produção–RJ). A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a exposição, o Sr. Presidente abre o debate com os Senhores Senadores. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.**

**SENADOR JOSÉ FOGAÇA  
PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO**

## NOTA TAQUIGRÁFICA

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Declaro iniciados os trabalhos da nossa 6<sup>a</sup> reunião da Comissão Especial de Cinema da Comissão de Educação do Senado Federal. Esta é a nossa 3<sup>a</sup> audiência pública na linha proposta pelo Relator, Senador Francelino Pereira, audiência ao povo do cinema.

Eu convidaria o Senador Francelino Pereira, o nosso Relator, a participar da mesa de trabalhos; convidaria também os expositores de hoje: Marisa Leão, que vai representar a área de produção, Helvécio Ratton, sobre problemas ligados à direção de cinema, e Sérgio Santeiro, que é Diretor do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense.

Eu solicitaria que esses três convidados nos dessem a honra de participar da mesa, para iniciarem, desde logo, a sua exposição.

Quero fazer o registro, mais uma vez, do Dr. Jarbas Marques, do Pólo de Cinema de Brasília. Temos, aqui, também, ilustres presenças da área de cinema: Gilberto Nunes, diretor de cinema, Dr. Morrys Israel, advogado vinculado a essa área de cinema.

Como um dos participantes ainda está se dirigindo para cá, já está chegando, e o nosso tempo é bastante limitado por um fato inevitável, que é a sessão do Senado que se realiza hoje, às quintas-feiras, sempre pela manhã, e o Regimento da Casa diz que as comissões não podem funcionar quando se inicia a Ordem do Dia, então temos um impedimento regimental de ultrapassar determinada hora. Por isso, somos obrigados a iniciar logo, ouvindo a representante da área de produção de cinema, Marisa Leão, a quem eu pediria que usasse cerca de quinze minutos, para que, após isso, nós ouvíssemos, também, as perguntas, as indagações dos Srs. Senadores.

Com a palavra Marisa Leão.

**A SR<sup>a</sup> MARISA LEÃO** - Eu queria agradecer ao Senador José Fogaça, ao Senador Francelino Pereira. Eu estive aqui, na semana retrasada, quando o Secretário do Audiovisual, José Álvaro Moisés, fez uma exposição bastante ampla; creio que quinze minutos vão ser mais do que suficientes para avançarmos.

O que posso trazer de contribuição a esta Comissão é uma análise bastante concreta e bastante objetiva da questão da indústria audiovisual no mundo, hoje, partindo-se de um pressuposto de que não há isonomia competitiva nesse setor em nenhuma parte do mundo. Exetuando-se a Índia e os Estados Unidos, que, por motivos radicalmente diversos, têm um equilíbrio na relação de custo/benefício na produção audiovisual - a Índia, porque tem um mercado auto-suficiente, e os Estados Unidos, porque montaram uma rede de distribuição internacional sem igual no planeta -, nenhum outro país consegue manter a sua atividade de produção audiovisual com equilíbrio, digamos, entre custo e benefício.

Esses países - e eu trouxe, aqui, alguns documentos para entregar à Comissão - entendem que é necessário fazer uma política e criar uma política de enfrentamento dessa situação. É muito oportuna esta Comissão criada pelo Senador Francelino Pereira. Acho que essa comissão pode partir e avançar bastante se observar o que é feito em outros países do mundo para proteger e tentar reequilibrar minimamente as cinematografias locais.

Queria passar às mãos do Senador José Fogaça, Presidente desta Comissão, um dossier de modelos de investimento e legislação em países como França, Espanha, Argentina, Austrália, Alemanha, Itália e Bélgica. Passo às mãos neste momento. E podemos ter o exercício da humildade e da sabedoria de tentar partir de alguma coisa que já existe. Não devemos imaginar que vamos criar a roda aqui, porque podemos ser muito mais rápidos, e as nossas questões têm enorme urgência, se observarmos como esses países têm-se colocado diante dessa questão. Evidentemente vamos encontrar algumas ações em comum que esses países adotam para manter uma perspectiva de não serem apenas importadores de imagem, mas sim produtores de suas próprias imagens, como as consequências de um país que decide não ter nenhuma política, países onde o talento para a

produção audiovisual, como é o caso brasileiro, é sobejamente conhecido e reconhecido. Esses países entendem que não podem ser apenas importadores de imagens.

Vou dar um exemplo rápido do que significa um país como o Brasil, como o México, como a Itália, ser apenas importador de imagem e não produtor de suas próprias imagens. Por exemplo, o caso do México. Eu nunca fui ao México, mas já vi uns cem ou duzentos filmes americanos que retratam o homem mexicano. Nesse imaginário que os filmes criaram em mim, espero encontrar que tipo de ser humano? Um homem com sombreiro, geralmente sujo, com uma tequila do lado, mulherengo, não raras vezes um bandido, porque é essa imagem que durante trinta anos a que assisto cinema eu vi nos filmes americanos. Como assisti também aos italianos sendo mafiosos, contrabandistas, se organizando em núcleos violentos. E se não fosse o Fellini, se não fosse o Antonioni, eu não teria da Itália e do homem italiano a visão que tenho.

Cada cineasta local que retrata o seu país, como o Irã hoje tem um cinema que é exportado com algum sucesso, contribui para que eu efetivamente conheça essa cultura, essa identidade e esse homem que estão sendo retratados pelos próprios cineastas e artistas locais. Se não fosse assim, se tudo que eu viesse a conhecer, como se dá no caso do cinema, viesse de uma voz única, de uma visão única, de um ponto de vista único, certamente chegaríamos à radicalização de uma imagem bastante pobre.

E o Brasil tem sido retratado pelo cinema americano. O Zé Carioca, que é uma criação do Walt Disney, também me remete a um brasileiro malandro, esperto. O Rio de Janeiro freqüentemente é apresentado como uma cidade para onde um ladrão de banco pode ir viver com o dinheiro que roubou.

Então, são os filmes nacionais que defendem as imagens dos seus países. São os cineastas nacionais que contribuem para que se espalhe pelo mundo uma imagem nacional, efetivamente concreta e real daquilo que esses países representam.

Queria dizer que o Brasil não está sozinho, e esta Comissão do Senado representa um gesto bastante avançado na procura do que fazer para defender a soberania da produção de imagens, que é hoje uma questão não apenas brasileira, mas uma questão de todos os países que têm uma efetiva vocação para a produção audiovisual. Por isso é importante que os Srs. Senadores façam uma avaliação desses documentos, porque vão encontrar medidas comuns. E quero destacar que a mais imediata delas é no sentido da criação de um sistema que contemple a produção em escala de filmes brasileiros, com a mínima condição de competitividade e visibilidade desses filmes no mercado. Temos filmes que exploram o tema dos menores abandonados, porque não há também isonomia competitiva. Quanto se lança um filme brasileiro no mercado esse filme vai competir com uma grande produção americana, que não raro vai fazer um investimento de três, quatro milhões de reais em mídia e o filme brasileiro vai entrar nessa mesma semana com uma pequena mídia. Há um slogan que a **TV Globo** usou um tempo atrás que dizia: "Tudo que é quente pinta na tela da gente". Podemos ler da seguinte maneira: o que não pinta na tela da gente é frio. Isso serve para nós produtores culturais, mas também serve para o Brasil como um todo, por exemplo, para o mundo político. Os Senhores sabem o que significa sofrer a ausência da imagem no grande sistema de mídia que é a televisão brasileira. Quem pode resistir a isso? Gostaria de lembrar que, neste momento, está sendo discutida na Comissão de Comunicação algo que diz respeito a essa comissão de cinema e a questão das televisões no Brasil. Este assunto está relacionado ao nosso porque não há cinematografia que se afirme no mundo sem que ela tenha a parceria das televisões. Assim é no mundo, assim é na França, na Espanha e se nós não tivermos a coragem de enfrentarmos isso, podemos estar fazendo a opção de depois de todo esse esforço oferecermos a nós mesmos a sardinha em vez da vara de pescar. Estamos entrando em um novo século e essa atitude do Congresso, do Sendo, de criar esta Comissão me parece que deve para criar um sistema que contemple a produção, a distribuição, a exibição do filme brasileiro no seu próprio mercado que em toda a parte do mundo é um mercado desigual. Eu repito não se trata de discutir condições de um livre mercado, porque o mercado não é livre, essa não é uma situação exclusivamente brasileira, é uma situação pela qual passam todos os países do mundo, isso tem um custo e esse custo tem que

ser avaliado. Se o Brasil, se o povo brasileiro, os seus representantes querem criar condições de proteção para que a cinematografia no Brasil encontre condições básicas de competitividade nós vamos ter que agir em várias frentes, não apenas na frente que contempla a produção, mas naquela que cria condições de competitividade para o filme brasileiro no nosso mercado, coisa que hoje não existe,

Prefiro parar por aqui, creio que a minha abordagem é inicialmente provocativa no plano geral para que depois possamos tecer algumas considerações de ordem prática.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Muito obrigado Srª Marisa Leão pela sua intervenção.

Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Santeiro, Diretor do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, com 15 minutos com alguma flexibilidade também pode fazer sua exposição.

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** - Bom-dia a todos, eu agradeço o convite para participar da Subcomissão de Cinema do Senado. Como a Marisa já ressaltou esse é um passo muito importante para que o cinema recupere o espaço que é dele, mas que ele teve que ceder face a verdadeira invasão cultural que o País sofre desde que foi descoberto, segundo se diz, e que, nos últimos tempos, encontrou uma resistência, um novo assomo de forças, como a produção de filmes que têm reconquistado esse espaço de uma maneira muito ativa, através dos filmes que têm conquistado repercussão, inclusive internacional, como é do conhecimento de todos.

Eu participo, há trinta anos mais ou menos, da atividade de cinema. Sou um realizador de filmes curtos e documentários e professor da Universidade Federal Fluminense há aproximadamente trinta anos. E esse processo de expansão do cinema brasileiro, que veio gradativamente alcançando algumas posições, foi revertido nos últimos tempos e agora começa novamente a ganhar força.

Costumo sempre dizer que o cinema, como a maior parte das atividades e como o próprio ser humano, tem dois braços: um que é o mais evidente, que mais aparece, que é a área do filme de circulação mais ampla, do filme comercial; tem uma área de produção cultural, que congrega não só os filmes de circulação menos comercial, diríamos, que são os filmes curtos e os documentário e a área de reflexão, de memória cinematográfica, de memória do próprio País, que é a conservação de filmes, as cinematecas, e a área, que é a que, no momento, dirijo na Universidade Federal Fluminense, de formação de novos profissionais: técnicos, artistas do cinema e diretores.

Nos últimos tempos, é quase impossível ver-se uma equipe de cinema, de vídeo ou de televisão em que não tenha um ex-aluno trabalhando. Isso nos coloca numa posição, ao mesmo tempo, de uma satisfação de encaminhar os novos realizadores, os realizadores do futuro, e, ao mesmo tempo, nos deixa numa situação, às vezes, constrangedora de imaginar para onde, para que futuro estamos encaminhando esses jovens que acorrem aos cursos de formação e que têm acorrido crescentemente - é bom que se saiba - sem uma perspectiva de um mercado, que não só é dominado basicamente pela produção estrangeira como é, em toda a sua escala, refratário ao que vem sendo realizado no País, não só na área do filme de longa metragem, de ficção, que é o mais conhecido, como nas outras modalidades de cinema, que, por serem menos vistas ou menos conhecidas, não significa que não tenham a mesma importância ou o mesmo valor de representação da imagem de identidade do País.

Conseguimos nesse processo, ao longo desses anos todos, uma forma, que foi o grande esteio de desenvolvimento dessa atividade, que é o que se chama de Lei do curta-metragem, que é a que garante a exibição de um curta-metragem brasileiro antes do filme estrangeiro, com o recolhimento de 5% da receita de bilheteria para um fundo que remunera não só os filmes que são exibidos como o próprio sistema. Dessa forma, é um sistema auto-sustentável, apesar de ter contado, ao longo do tempo, com uma resistência bastante significativa dos exibidores e distribuidores estrangeiros, mas que foi sendo ganha à medida em que o processo foi crescendo.

Infelizmente, na extinção dos órgãos que cuidavam da atividade cinematográfica, também se perdeu não a vigência da lei, como muitos imaginam, mas os mecanismos através dos quais a lei era cumprida. Temos lutado, nos últimos anos, sobretudo, em um grande esforço, em uma grande campanha, para que o Ministério da Cultura, que herdou as atribuições dos órgãos que regulamentavam a atividade e a vigência da lei, ponha novamente a lei em funcionamento, partindo do suposto de que a primeira noção que se tem da existência das leis é a de que sejam cumpridas basicamente.

Não há nada que possa justificar o descumprimento de uma lei, uma lei de proteção à criação artística e cultural, mas, sobretudo, uma lei que garante um primeiro encaminhamento, uma primeira base, em uma abertura de mercado de trabalho, justamente para esses nossos jovens que produzimos como profissionais e realizadores de audiovisual.

O País vive uma situação um pouco paradoxal, porque, ao mesmo tempo em que se expande e cria frentes de trabalho bastante significativas, a expansão das televisões, sejam abertas ou a cabo, e as várias modalidades de circulação do audiovisual no País, que se expandiram significativamente e que tendem, graças a Deus, a se expandir ainda mais, não foram acompanhadas por uma igual absorção, por uma igual abertura de postos de trabalho justamente nessas áreas.

Isso, em termos, é uma contradição, porque, na medida em que se tem uma expansão dos meios de comunicação, era de se supor que essa expansão contemplasse não só os produtores e realizadores atuais, mas também garantisse a continuidade do processo de formação dos candidatos, dos que chegam ao mercado de trabalho com uma perspectiva, como costumo dizer, semelhante a de qualquer outra atividade seja como profissional liberal seja até como um artesão mais modesto.

Imagina-se que para a reafirmação da vigência da Lei do Curto Metragem bastaria que o próprio Ministério desse a um dos seus órgãos, o Centro Técnico Audiovisual, a plena capacidade de execução da lei. Só com isso já se teria condições de retomar esse processo de circulação e de remuneração de uma modalidade de cinema que hoje atingiria uma faixa entre 100 filmes por ano, e, sobretudo, filmes que não estão concentrados em nenhuma área específica. Quer dizer, são filmes que vêm e que retornam a todos os pontos do País.

Essa tem sido a tônica das nossas intervenções sempre que somos chamados a opinar no espaço ou na discussão do cinema brasileiro como um todo. E sempre faço questão de frisar que toda a discussão e toda a gestão pública no tocante ao cinema brasileiro é muito mais sensível, é muito mais desperta para o evento ou para um menor número de grandes filmes ou do grande cinema, enquanto permanece afastada, inclusive do próprio foco de interesse ou do foco de discussão, uma enorme quantidade de pequenos realizadores ou de pequenos filmes.

Para encerrar, nessa etapa da apresentação, costumo dizer que é sempre bom imaginar que junto ao grande há sempre o pequeno. Embora o pequeno geralmente passe despercebido, porque o grande é maior e ocupa mais espaço, é fundamental que, ao se abordar o apoio ou a discussão de uma política pública para o cinema, junto do grande se contemple também o pequeno, que, muitas vezes, representa a continuidade da própria atividade cinematográfica.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Muito obrigado.

Ouvimos, nesse primeiro momento, duas interessantes abordagens, que devem receber, de parte dos Srs. Senadores, as observações atinentes.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, indago se o Relator Francelino Pereira quer fazer uso dela neste momento. (Pausa)

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** - Sr. Presidente, Senador José Fogaça; caros Senadores; eminentes Produtores Marisa Leão e nobre Diretor Sérgio Santeiro, após ouvir a exposição de ambos, gostaria de fazer um pequeno comentário, partindo principalmente do cidadão, um elemento da sociedade, que se sente atraído por filmes, que gosta de ir ao cinema, que comprehende a importância do cinema como fator de comunicação, de interação e de educação e conhece a capacidade do cinema de contribuir para que as pessoas possam melhor situar-se no

contexto em que vive, mas, efetivamente, um cidadão que também conhece pouco as técnicas, a orientação de produção e até mesmo a legislação pertinente à área cinematográfica.

Causa-me espécie, chamando a minha atenção, a situação do cinema brasileiro, não sei se em virtude de questão legislativa ou se as normas não são boas, mas gostaria de ouvir a manifestação de V. Sr<sup>a</sup>s. Uma legislação é boa especialmente quando não atrapalha e permite que a cinematografia brasileira ocupe esse espaço vasto e amplo que possui este País rico em variedades. Seria possível haver motivação para o aproveitamento de um cinema bastante fértil e sólido. Observamos que a concorrência da produção estrangeira é muito forte e sufoca o cinema brasileiro ao ponto de se notar um desestímulo e um desânimo das pessoas quando, por exemplo, vão a um local em que existem três, quatro ou cinco salas e uma delas apresenta um filme brasileiro. Vê-se que, nesta última, a concorrência é menor. Pergunto se esse fato ocorre em razão da nossa legislação e se a nossa produção, comparada à estrangeira, perde em termos de qualidade – porque é flagrante essa diferença da preferência do povo brasileiro em relação aos filmes estrangeiros?

Tenho até observado que isso não se dá efetivamente com a produção das novelas brasileiras, que fazem um sucesso extraordinário e disputam os melhores índices de audiência da televisão. Evidentemente, na concorrência, de certo modo, a produção das novelas alcança uma vantagem, pois a televisão vai à casa do indivíduo enquanto que o cinema não; via de regra, é necessário deslocar-se – embora, hoje, na televisão, também, sejam apresentados muitos filmes, na maioria, estrangeiros.

Portanto, peço um maior esclarecimento da visão de V. Sr<sup>a</sup>s no que tange a essa situação. Por que a novela brasileira faz tanto sucesso ao contrário do filme? Penso que o nosso problema não está tão relacionado à legislação. Creio que o nosso problema é menos de legislação e, talvez, mais de produção. Eu gostaria de ter essa informação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Primeiramente, concedo a palavra à Marisa Leão para responder; em seguida, ao Santeiro, se também quiser fazer sua intervenção.

**A SR<sup>a</sup> MARISA LEÃO** - Senador, agradeço sua pergunta, porque ela pode me ajudar a abordar umas coisas tópicas bastante importantes.

Questão nº 1 - Ao contrário da hipótese de que a nossa legislação nos atrapalha, o que temos é uma ausência de legislação.

Questão nº 02 - A televisão - em que V. EX<sup>a</sup> situou a novela - tem uma grande audiência e, por ocasião da exibição de filmes brasileiros na televisão brasileira, os índices de audiência batem recordes.

Recentemente, o meu filme **Guerra de Canudos** foi transformado em uma minissérie, que entrou no horário de 10h da noite, sendo exibida em quatro capítulos e teve um índice de audiência brutal para aquele horário. O que nos tem faltado é a veiculação do produto e, junto disso, uma legislação, porque há uma questão essencial, Senador: quando se dá concessão para um canal de televisão existir, o que se está dando é a concessão para que esse canal emita um sinal, exiba uma programação; não se está dando, pelo que comproendo, a exclusividade para que tudo que ali é produzido seja exibido. Em todos os países, há uma preocupação de não se criar uma verticalização entre os detentores dos meios de comunicação, de modo que não haja um olhar diferente dentro daquele veículo. Essa é a primeira questão.

Segunda questão, com relação à legislação - Creio que a legislação brasileira, como está, hoje, não existe; o que temos, hoje, no Brasil - e eu gostaria que isso ficasse bem claro - , é um sistema de incentivo fiscal: transferiu-se à iniciativa privada a área de **marketing** das grandes empresas, a responsabilidade de 100% do que será, ou não, produzido. E isso já foi discutido aqui, na Comissão; não preciso me estender.

Hoje, o Governo entende, através da Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura, que isso não é a configuração de uma política pública para o setor, mas que, ao contrário, é preciso criar-se um sistema para que o produto nacional possa sobreviver. E vou citar um exemplo sobre as salas: os filmes brasileiros estão nas salas com menos concorrência do que os filmes estrangeiros.

Por que os partidos políticos lutam tanto para terem mais tempo na televisão e os que têm menos chiam tanto porque não têm? Porque a gente sabe que visibilidade se faz, em um sistema de comunicação de massas, através de um processo maciço, massivo. Se não houver um processo massivo, a gente está apenas fingindo que temos visibilidade, mas não temos.

Existem, hoje - e acredito que tenha sido passado às mãos do Senador Fogaça, do Senador Francelino -, vários projetos de curto, médio e longo prazo, que nós, inclusive, estamos contando com esta Comissão para implementar. E, dentre eles, existe um projeto para se criar uma isonomia competitiva do filme brasileiro quando ele estiver pronto, porque pode ser o melhor filme do mundo, mas como vou descobrir qual é a melhor pasta de dente? Serei induzida a comprar uma pasta de dente nova na medida em que esta pasta de dente for maciçamente veiculada e aquilo despertar o meu interesse. Com isso, o cinema brasileiro não conta; ao contrário, o cinema norte-americano dispõe de verbas enormes para fazer a divulgação dos seus filmes. Este ano tivemos três grandes sucessos de bilheteria: **Orfeu do Carnaval**; o filme da Angélica, **Zoando na TV**; e **Os Trapalhões**. Não por acaso, todos os três contavam com o apoio, o braço da **Globofilmes**; e, com isso, tiveram uma campanha de divulgação maciça. É fácil distinguir que um filme que vai ao mercado e que consegue ter visibilidade atrai o público. Mas, sem visibilidade, não é possível. Não há tempo para descobrir o ovo de Colombo quando o sujeito sobe a escada rolante e chega à porta do cinema.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Senador Leomar Quintanilha, quero registrar a chegada do Helvécio Ratton, que, logo após a conclusão das indagações de V. Ex.<sup>a</sup>, fará a sua exposição. Antes, porém, peço ao Sérgio Santeiro que use da palavra, para responder ao Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** - Nobre Senador, realmente, quando discutimos o assunto, vem à tona o que seria uma eventual preferência, boa parte da qual a Marisa explicou, que eu, tomando uma certa liberdade no espaço, gostaria de radicalizar - digamos assim. Considero inimaginável que o País do tamanho e das possibilidades do Brasil seja devastado por uma propaganda maciça de um modelo de vida, em primeiro lugar, porque não é recomendável nem no país onde ele é produzido. Não vejo por que nos devêssemos espelhar nesse festival de incitamento à violência, à bestialidade, à traficância, enfim, a todas essas coisas que todo o mundo sabe que o cinema americano despeja no mundo inteiro, provocando comoções sociais inimagináveis. É claro que ninguém é ingênuo a ponto de supor que a violência que se vive no dia-a-dia das grandes cidades é fruto da influência exclusiva dos filmes ou dos produtos de televisão importados, mas não tem a menor dúvida de que muitas das práticas de que a violência se utiliza aqui mesmo, entre nós mesmos ocorrem porque copiam esses padrões ou esses modelos que empurram goela abaixo, pela casa adentro das pessoas, de uma maneira inacreditável. Todos sabem que o flagelo no momento na sociedade americana são os crimes perpetrados pelas crianças com armas de fogo. Isso é um escândalo lá. Imaginem o reflexo disso aqui, onde essas práticas eram impensáveis no quadro da nossa sociedade brasileira, evidentemente submetida a todo o tipo de terror e pavor, em face dos graves problemas sociais que enfrentamos. Mas a forma como isso se manifesta é, muitas vezes, reflexo das práticas e da indução de que esse tipo de produção goza no País. Isso deve ser dito em primeiro lugar. Penso que falta, num certo sentido, ousadia, de maneira geral, de todos no Brasil, que consentem em ter o País absolutamente devastado por essa perniciosa manifestação que dizem que é de cultura e que, na famosa globalização, a cultura é universal. Enfim, vêm com uma série de valores supostamente teóricos ou filosóficos, que não têm a menor sustentação, porque não se pode permitir a depredação dos valores humanos e sociais, em nome de uma liberdade mercado, que isso não existe em lugar nenhum do mundo, absolutamente nenhum. O que existe é uma franquia deste espaço extraordinário, que é o País, desta clientela, que é a população brasileira, que, ao mesmo tempo em que é obrigada a se submeter aos padrões pseudocivilizatórios, é impedida na sua própria prática social e de trabalho, ou seja, desemprega-se o País inteiro no espaço audiovisual e, nas consequências desses modelos de emprego que vêm de fora, países inteiros são desempregados para que sejam empregados os produtores desse lixo nos países de lá. A população inteira é relegada a

mera consumidora dessa coisa inominável que vem de fora; desemprega-se todo mundo no país para empregar os que são produtores desse tipo de trabalho fora daqui. Há que se pensar nesses dois aspectos da questão.

Sinceramente, acredito que o que falta é apenas isso: que se encare francamente a questão e se dê um basta, um não a esse tipo de invasão cultural, a essa destruição social. Que medidas adotar para isso? Têm que ser tomadas medidas drásticas, radicais mesmo. Pode-se fazer algo semelhante ao que foi feito há alguns anos quanto às propagandas de cigarro: faz-se propaganda, mas alerta-se a população sobre os males decorrentes do fumo; o próprio fabricante é obrigado a alertar a população de que aquilo é nocivo à saúde, por várias formas.

No caso dessa tralha que desembarca livremente no País, tinha-se que, no mínimo, pregar o mesmo rótulo: isso é nocivo; isso faz mal à saúde do País; isso faz mal à saúde social; isso não é uma forma de manifestação cultural; isso é uma destruição total, absoluta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Muito bem. Muito obrigado pela sua intervenção.

Observamos aqui uma linha inicial de exposição. Ela foi caracterizada, primeiro, pela posição de Marisa Leão, que apresentou uma visão da questão de mercado - um mercado que, no Brasil, é inteiramente aberto, onde as condições de competição são absolutamente desiguais.

Um outro aspecto que considerei importante também é a associação que deve existir entre produção de TV e produção cinematográfica. No Brasil, temos uma legislação muito simplista a esse respeito. A base constitucional e a base legal asseguram a concessão de serviço público - a radiodifusão e televisão -, mas não dissociam produção de transmissão. No Brasil, as duas coisas estão inteiramente associadas, fundidas numa entidade só: quem ganha o direito de transmissão, ganha o absoluto e total controle sobre a produção. Essa é uma característica do nosso País, do Brasil.

Nos Estados Unidos não é assim. Há uma distinção clara entre o direito de transmitir e o de produzir, podendo as duas coisas serem completamente dissociadas. É saudável, é recomendável que sejam dissociadas. Este é um aspecto da maior importância do ponto de vista legislativo que o Senado não pode deixar de considerar.

Outra análise interessante é quanto à formação de mão-de-obra, ou seja, não pode haver um celeiro de craques se não houver futebol de várzea, se não houver escolinha de futebol, categorias infanto-juvenil, juvenil, sub 17, sub 16. Em outras palavras, se não houver uma produção intensa, ampla, de curta metragens, evidentemente, os longas também nunca existirão, ou melhor, existirão sempre de forma muito limitada, muito reduzida.

Esses enfoques que foram expostos inicialmente, parece-me, devem ser colocados na perspectiva da Comissão.

Antes de encaminhar esse debate, passo a palavra ao nosso terceiro convidado.

Senador Francelino Pereira, V. Ex<sup>a</sup> pede a palavra?

Então, antes da intervenção do nosso último convidado, Helvécio Ratton, Senador Francelino com a palavra.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** - Primeiramente, a nossa saudação aos três expositores. Com relação a Marisa Leão e Sérgio Santeiro, a Marisa é produtora, agora mesmo está, com o esposo, envolvida num filme importante para o Brasil, e o Sérgio Santeiro, que estamos conhecendo hoje, mostra-se uma revelação de quem efetivamente entende, porque pratica todos os atos do cinema. E antes que participe do cenário o diretor Helvécio Ratton, que está aqui a minha esquerda, mineiro, já morou em vários Países e Estados do mundo – nos Estados do mundo também – mas mantém a sua fidelidade a Minas: às montanhas, ao sentimento e à vocação do meu Estado, que é uma vocação que impressiona o Brasil inteiro.

Antes que Helvécio Ratton falasse, eu gostaria de dizer que, efetivamente, ele é no Brasil uma grande expressão da cultura cinematográfica, produtor de alguns filmes. Eu gostaria de fazer um pouco de provocação no estilo Marisa ao Santeiro. Primeiramente, a impressão que temos – quase chega a uma convicção – é de que existe uma distância invencível entre o que nós aqui passamos a chamar de “povo do cinema” e a instituição parlamentar. Entre os produtores, cineastas,

investidores, mas principalmente cineastas, e o Congresso como um todo, como se houvesse um certo preconceito dos cineastas em relação ao político, ao parlamentar, criando, portanto, um fosso que se mede por uma distância imensa entre a instituição cinematográfica e a instituição parlamentar.

Por isso mesmo é que essa Comissão foi criada. Primeiro para convencer o próprio Congresso, Câmara e Senado e, por extensão, as Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores de que o cinema é uma arte e uma indústria que tem uma importância vital para a sociedade brasileira, não apenas como cultura, não apenas como um meio de produção, mas também para o próprio desenvolvimento e a riqueza do País. Basta lembrar que o filme americano está no mundo inteiro, e no Brasil a presença dele, para usar a expressão de Santeiro, é avassaladora.

Com esse ingresso avassalador do cinema americano no Brasil a convicção que nós temos é de que, efetivamente, eles exportam também os seus hábitos, os seus costumes, e agrava-se ainda mais as desigualdades que existem no pensamento do povo brasileiro. Ora, é fundamental que naturalmente se procure uma aproximação, um convívio, ou uma convivência, do “povo do cinema” com o Governo, como já existe, mas que passe a existir também, porque nós somos uma instituição que representa, nitidamente, a sociedade brasileira, o povo brasileiro, ninguém aqui é nomeado, ninguém aqui é escolhido arbitrariamente, quem vem aqui é porque tem voto, é porque tem o apoio da sociedade e os defeitos que possuímos são os defeitos da sociedade, que termina sendo representada por nós aqui.

Por isso é que quero, desde logo, salientar a importância desse convívio, desse debate e dessa provocação, entre os cineastas do Brasil e o Parlamento brasileiro.

O próprio Congresso não tem uma convivência com a área cultural ligada ao Governo. Somente agora estamos conversando com os representantes do Ministério da Cultura sobre a televisão e o cinema.

Ainda ontem, tive uma reunião demorada com o Relator do Orçamento da União, o mineiro Carlos e o secretário de audiovisual do Ministério da Cultura. Isso não existia antes.

Agora, estamos iniciando esse debate fundamental e é preciso que dele faça parte a discordância, a controvérsia, ou melhor, a provocação, porque esta é a Casa onde a provocação se expande e onde a controvérsia nos leva, possivelmente, há algumas soluções consensuais.

Por isso mesmo, o próprio Governo, por intermédio do Ministério da Cultura, está louvando os trabalhos desta Comissão, está aplaudindo a iniciativa, porque o próprio Governo, através do seu Ministério da Cultura, confessa que o próprio Ministério tem limitações invencíveis, porque não pode provocar, não pode criar provocações entre os que compõem o quadro administrativo do Governo.

Aqui não há base apoio nem de oposição ao Governo. Nesta Comissão funciona o Congresso Nacional, a sociedade, o povo e, consequentemente, estamos aqui, exatamente para provocar esse debate e para que vocês nos ajudem não apenas na produção e no aprimoramento da legislação existente mas também nessa debate e nessa convivência, não para aplaudir a instituição parlamentar, mas para que dela discorde. Na verdade, precisamos examinar matérias como, por exemplo, as concessões.

As concessões de tevê foram, até pouco tempo, em grande parte, destinada a políticos que se projetaram no País: rádio, televisão, até tevê comunitária, até há poucos meses eram criadas fora da legislação - até porque a legislação não existia, propriamente, retificada -, sempre através de canais políticos. Não é possível que a instituição parlamentar, que os políticos se utilizem dos meios de comunicação, obtidos através de favores ou de influências, e não colaborarem, através dos seus meios de comunicação, com orientação da sociedade brasileira.

Um dia, conversando com um representante da TV Globo, disse a ele: “Olha, por que o **Jornal Nacional** só apresenta notícias do Brasil terríveis?” Alguém me chamou a atenção e disse: “Não, é porque você está assistindo apenas ao **Jornal Nacional**. Se assistir ao noticiário desde às seis horas da manhã até meia noite, verificará que 90% dos noticiários são positivos”. É uma informação

Essa era a exposição que gostaria de fazer, inicialmente, antes que Minas e o Brasil através de Helvécio Ratton começasse a falar em continuação a Marisa e ao Santeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Concedo a palavra ao Sr. Helvécio Ratton.

O tempo aqui destinado aos demais expositores foi de 15 minutos, em torno disso, com alguma flexibilidade.

**O SR. HELVÉCIO RATTON** - Antes de mais nada, concordo com as palavras do Senador Francelino. De fato, esta Subcomissão é muito importante, pois ela começa a diminuir o fosso entre a atividade audiovisual e o Parlamento brasileiro.

Qualquer ação relativa ao cinema brasileiro, para que seja duradoura, para que tenha um caráter estratégico, é impensável se não passar pelo Parlamento.

Quis trazer algumas reflexões. Escrevi-as num momento particular, pois o cinema brasileiro está conquistando prêmios no exterior, se afirmando outra vez, vem conquistando espaço, aumentado número de ingressos vendidos no Brasil. Mesmo assim - ou talvez por causa disso -, quase sempre esse cinema é alvo de uma campanha sistemática por parte da mídia, que parece querer esmagar essa possibilidade de existência do cinema brasileiro.

Esse tipo de campanha sistemática feita contra ao nosso cinema, levou-me a colocar uma pergunta: se, de fato, o Brasil deve fazer cinema ou não, ou se, seguindo a linha editorial de certas publicações, devemos nos contentar a sermos consumidores de produtos norte-americanos, estes sim, competentes e bem feitos.

Desenvolvi algumas reflexões que eu gostaria de passá-las aos senhores:

O Brasil deve fazer cinema? Para se responder a esta pergunta é preciso levar em conta não somente fatores culturais ideológicos, mas outros de ordem econômica igualmente importantes. Por seus elevados custos de produção e seu grande alcance de mercado, cinema é arte e indústria, linguagem e economia.

As possibilidades cada vez maiores de circulação de um produto audiovisual, desde as salas de exibição até mesmo na Internet, transforma o cinema na arte mais lucrativa de todas, movimentando bilhões de dólares em todo o mundo e empregando milhares de pessoas.

Para se entender a fase atual do cinema brasileiro e escolher o melhor caminho para transformá-lo em uma indústria rentável e auto-sustentada é necessário examinar seus números sem complacência, mas com rigor e verdade; é preciso também olhar um pouco atrás, em nossa história recente. Na década de 70, o cinema brasileiro ameaçou de fato a hegemonia do cinema norte-americano em nosso País, chegando mesmo, entre os anos 74 e 79, a arrecadar 50% da receita anual do mercado de cinema.

Apavorados na época, os distribuidores estrangeiros desencadearam uma verdadeira batalha jurídica contra os mecanismos que regulavam o nosso mercado, a cota de tela de 32% para os filmes brasileiros e o ingresso padronizado que permitia a fiscalização. O Poder Público, bombardeado por sucessivas liminares e mandados de segurança, perdeu a capacidade de regular o mercado que se transformou, progressivamente, em um espaço selvagem onde até mesmo estatísticas deixaram de ser confiáveis e perdeu-se a definição precisa de dados elementares como o número de espectadores e volume de dinheiro movimentado.

Essa situação chegou ao seu auge no Governo Collor que extinguiu os órgãos de cinema Embrafilme e Concine em nome da liberdade de mercado e da livre concorrência. Liberdade de mercado para quem? O que se viu no início dos anos 90 foi a produção do cinema no Brasil cair a zero, gerando o desemprego no setor e sucateando o pouco que havia de infra-estrutura técnica e os distribuidores norte-americanos comemoraram a ocupação plena do mercado através de facilidades de importação jamais vistas em qualquer outra atividade econômica.

No Governo do Presidente Itamar Franco, no bojo de uma tímida e torpedeada tentativa de revalorizar o que é nosso, o que é brasileiro, criou-se a lei mais importante de estímulo ao cinema, a Lei do Audiovisual, que permite aos empresários investirem em cinema uma pequena parcela, 3% do Imposto de Renda de sua empresa. Uma lei que nasceu com data marcada para terminar, o ano

de 2003, supondo-se que nesse período a indústria de cinema no Brasil encontraria o caminho para o desenvolvimento auto-sustentado.

As leis de incentivo à cultura, especialmente a do Audiovisual, geraram cerca de 80 filmes em um período de cinco anos entre 94 e 98, uma produção pequena mas significativa, marcada pelo aumento do nível técnico de nossos filmes que deixou para trás deficiências crônicas como, por exemplo, o som, antes considerado inaudível e hoje de ótima qualidade.

Acompanhando esse aumento de quantidade e de qualidade, a porcentagem de ingressos de filmes brasileiros no total de ingressos vendidos, partiu de 0,4% em 94 para atingir em torno de 8% este ano. De janeiro a junho deste ano, nossos filmes foram vistos por três milhões e setecentos mil espectadores, o que é um número bem maior que os três milhões e seiscentos de todo o ano passado; ou seja, em um período de tempo relativamente pequeno, o cinema brasileiro respondeu aos estímulos e seus números revelaram potencial de crescimento.

É importante assinalar que se estimulou a produção sem mexer nos outros pilares da atividade do cinema: a exibição e a distribuição. A verdade é que nossos filmes não encontram espaço para realizar todo o seu potencial econômico e ficam espremidos em seu próprio território sem que a grande maioria do público tome sequer conhecimento de sua existência.

O Brasil tem poucas salas de cinema, em torno de 1.200, e essa rede exibidora, em sua maior parte, está ligada à economia do cinema norte-americano. Esse quadro está sendo reforçado agora com a crescente entrada no mercado dos chamados “multiplex” pertencentes a grupos exibidores norte-americanos associados ou não a grupos exibidores locais. Esse novo quadro da exibição no Brasil expõe de forma clara a estratégia do capital norte-americano no setor audiovisual.

É em nosso mercado e em outros países pelo mundo afora que os filmes norte-americanos vêm pagar seus custos. Em seu próprio mercado, nos Estados Unidos, mais de 80% dos filmes norte-americanos vendem menos de 300 mil ingressos, não conseguindo, nem de longe, pagar seus custos elevados de produção. Mesmo contando com uma rede exibidora de 35 mil salas e um grande mercado de TV e **Home Video**, os filmes americanos não se pagam em seu país. Mas a imensa capacidade que tem **Hollywood** de exportar seus produtos aliada à mentalidade subserviente das elites dos países pobres é que transforma em sucessos no mundo inteiro seus prejuízos internos.

O cinema norte-americano ocupa não só a quase totalidade de nossas salas de exibição durante quase todos os dias do ano, mas também são norte-americanos a maior parte dos filmes exibidos nas tevês e oferecidos nas locadoras de vídeo e DVDs. Para nos contrapormos a esse verdadeiro rolo compressor, é vital e urgente a ampliação do circuito de salas ligado organicamente ao cinema brasileiro. Esse circuito, hoje restrito aos chamados cinemas de arte, deve-se expandir para o centro e para os bairros populares de nossas grandes cidades, buscando também chegar às cidades médias do interior do Brasil.

Para trazer de volta os espectadores que o cinema brasileiro perdeu ao longo desses anos, afugentados pelo fechamento das salas populares e pelo alto custo dos ingressos, é preciso, inclusive, pensar em ingressos mais baratos para os filmes brasileiros a serem exibidos nessas salas. Mas para estimular a produção e exibição de filmes brasileiros, é preciso recursos além daqueles originados simplesmente pelas leis de incentivo à cultura. Esses recursos podem vir, por exemplo, em parte, da taxação justa dos filmes estrangeiros. O que deixa em nosso país, por exemplo, um filme como **Guerra nas Estrelas - Episódio I?** Ocupando, na época do lançamento, mais de 400 salas e com um faturamento estimado de US\$30 milhões, um filme como esse paga R\$1.090,00 aos cofres públicos e nos deixa, literalmente, como o personagem daquele filme, o Jajá, com cara de imbecis. Há um personagem nesse filme, que talvez seja, no imaginário de Hollywood, um representante dos países pobres, que está sempre dizendo “eu te amo” ao salvador que o tira do pântano. Mas, na verdade, esse salvador nos tira do pântano, ou ele é que nos coloca lá, nos deixa atolados nesse pântano até o pescoço? E será que, depois de receber essa gorjeta de R\$1.090,00, devemos também dizer-lhes “eu te amo”?

É significativo que a parcela de nossas elites que combate o cinema brasileiro não considere um escândalo esse verdadeiro confisco financeiro. Parte do lucro dos filmes estrangeiros deve ficar no país para gerar empregos e renda através do fortalecimento da indústria local. E esses impostos podem ser investidos não somente na produção de filmes estrangeiros, como também em sua divulgação, tornando menos desigual a competição com os filmes norte-americanos, assim como podem, também, ser investidos em programas de formação de público, levando o cinema brasileiro às escolas de 1º e 2º graus. Se a criança e o jovem brasileiro não se acostumam desde cedo com a dramaturgia nacional, nossos filmes é que parecerão estrangeiros para eles, assim como nossa estranha realidade, tão diferente daquela dos filmes norte-americanos.

Outra possibilidade de financiamento para o cinema brasileiro está no faturamento das emissoras de televisão, concessões públicas que sempre se alimentaram duplamente do cinema. Em primeiro lugar, porque são as tevês que mais exibem e faturam com os filmes, pagando, no entanto, uma misséria para os filmes nacionais, que sempre garantem boa audiência. Além disso, as televisões absorvem e incorporam em suas produções as conquistas de linguagem estabelecidas pelo cinema, que é a ponta-de-lança da indústria do audiovisual na vanguarda da experimentação e da criação em matéria de narrativa. Deve-se levar em conta também o fato de que nossas tevês, ao contrário das norte-americanas, não são obrigadas por lei a comprarem produções locais independentes.

Considerando-se tudo isso, nada mais justo que uma pequena porcentagem do faturamento publicitário das televisões se destinasse a fomentar a indústria brasileira do cinema. O certo é que existem alternativas para financiar nosso cinema, para fomentá-lo, sem que os recursos devam, necessariamente, sair dos cofres públicos. Mas, para isso, é preciso contrariar interesses estabelecidos a longa data e que possuem pesados meios de pressão sobre o Governo e a opinião pública. É preciso considerar o cinema como uma atividade estratégica, como ponto de afirmação de nossa cultura não só no exterior, como também aqui dentro.

O cinema, como já foi dito tantas vezes, funciona como espelho, como referência de um povo, para que esse possa encontrar e admirar sua própria identidade. Não é à toa que países tão diferentes como a França e o Irã apóiam seu cinema com leis de incentivo à produção e estabelecem cotas de tela para exibição de seus produtos. Acreditar que um mercado acostumado às facilidades de importação e ao lucro irrestrito possa abrir espaço para o filme brasileiro, achar que, quando o filme é bom, sempre encontra mercado, mais que ingenuidade, é burrice ou má fé. Garantir uma cota de tela para que a produção do País possa ser vista e realizar seu potencial econômico não significa impedir a entrada de filmes estrangeiros. Ao contrário, deveríamos também assegurar ao nosso público a possibilidade de conhecer os diferentes cinemas que se produzem no mundo através de acordos de reciprocidade de exibição. Isso sim é que significaria assegurar a existência de uma diversidade cultural e de uma verdadeira democracia da imagem.

Por tudo isso, é fundamental que o Brasil tenha uma posição firme sobre a indústria audiovisual para a nova etapa de negociações comerciais planetárias que virá com a rodada do milênio. Da mesma forma como é necessário preservar a biodiversidade para assegurar a vida, devemos buscar o equilíbrio entre as diversas culturas do planeta para assegurarmos a convivência pacífica e o respeito mútuo entre os povos. As trocas culturais entre os países, que são também trocas econômicas, como no caso do cinema, devem ter como princípio a igualdade e a contrapartida. O Brasil não só deve como precisa fazer cinema para gerar empregos e riquezas, para reforçar a nossa auto-estima e conquistar o respeito da comunidade internacional.

São essas as reflexões que gostaria de trazer para os senhores e acho inclusive que o cinema é uma atividade que expressa, de forma exemplar, o que vem acontecendo no conjunto da economia brasileira na medida em que antes tínhamos uma participação expressiva dos Estado, anos atrás, através da Embrafilme e do Concine e depois no Governo Collor chegamos no ponto zero com a extinção dessas estatais e nesse momento está-se repensando que papel o Estado deve cumprir nesse mercado, se ele deve simplesmente abandoná-lo às leis de incentivo ou se ele deve cumprir também um papel fomentador e regulador desse mercado, na medida em que fica claro para

o mundo inteiro que quando se deixa os mercados flutuarem ao bel-prazer, os interesses da economia hegemônica e que, coincidentemente ou não, dominam a hegemonia do cinema, ocupam, de forma devastadora - como falou o Sérgio - os cinemas locais.

Essas são as reflexões que trago aos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Agradeço ao Diretor Helvécio Ratton pelas palavras trazidas. Parece que ficou bem delineada a sua forma de ver a questão, o seu raciocínio sobre o cinema. É possível depreender que a política empreendida pelo Governo Federal a respeito desta questão relativa à produção cultural, ao cinema especificamente, embora possa ser considerada uma linha correta, tem ampliado as possibilidades, porque a participação do cinema brasileiro no mercado passou de 0,4% para 8% e o número de espectadores, em junho, era de três milhões e setecentos mil, portanto, igual ou quase correspondente, ao do ano passado. Na metade deste ano praticamente já havíamos atingido o número do ano passado.

Então, a linha adotada aparentemente é correta e adequada. No entanto, o que me parece também claro é que ela é insuficiente, ou seja, novas políticas públicas mais incisivas, mais contundentes possivelmente devam ser adotadas. Em busca disso criamos esta Comissão. Foi em busca dessa idéia, dessa análise e dessa aferição de elementos que o Senador Francelino Pereira idealizou, promoveu, criou e convocou a todos nós para esta Comissão.

Gostaria de fazer o registro de que já temos a sessão do Senado em andamento e possivelmente, a qualquer momento, no início da Ordem do Dia, teremos que encerrar nossos trabalhos. Por isso, gostaria de passar a palavra aos Srs. Senadores que queiram fazer uso, pedindo que sejam concisos, objetivos, diretos nas perguntas e respostas, para que possamos ter o máximo de proveito até esse momento inevitável em que teremos que encerrar este interessante trabalho de hoje.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** - Sr. Presidente, vou procurar ser o mais breve e objetivo possível indagando da Produtora Marisa Leão se nesse documento contendo experiência de outros países se encontra alguma dessas experiências interessantes para aproveitamento por parte dos brasileiros?

Segunda questão: Essa parceria com a televisão que a Senhora ressaltou e que parece ter apoio de todos me causa um receio. Acredito que nós políticos temos a obrigação da sabedoria, de contornar os obstáculos políticos, isto é, a parceria com a televisão tem que ser encontrada de modo que interesse à televisão e não que a obrigue, porque, se for simplesmente uma cláusula obrigatória a favor do cinema, gera-se a má vontade dentro da televisão e o resultado pode ser contraproducente. Temos que buscar os meios de fazer essa parceria de modo a interessar à televisão junto ao cinema.

Ao Santeiro eu perguntaria o seguinte: na área do curta-metragem, parece-me, não existe uma concorrência maior por parte do cinema estrangeiro. Como é que se comporta, digamos assim, essa concorrência na área do curta-metragem? O curta-metragem se beneficia também dessas leis de incentivo? Como se dá isso?

Entendi o Santeiro dizer que há uma lei do curta-metragem que não é cumprida. Eu queria, explicitamente, ter um conhecimento maior disso.

Finalmente, qual é a destinação dos seus alunos? Ou seja, eles encontram – e em que percentagem estimativa – lugar no mercado de trabalho ou se desviam para outras atividades? No contato que você tem com seus alunos, como é isso?

Ao Helvécio, teria a seguinte questão: a produção deste ano, como está? Está caindo? Subiu de 0,4% para 8% na bilheteria. Mas já foi maior do que isso em outros tempos? Como está especialmente este ano?

Ainda mais: quanto a essa relação da TV com o cinema nos Estados Unidos, V. S<sup>a</sup> colocou que há uma certa obrigatoriedade de aquisição. Eu queria saber um pouco sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Vamos começar pela ordem estabelecida pelo próprio Senador Roberto Saturnino.

A Produtora Marisa Leão tem a palavra para responder a sua parte das perguntas.

**A SR<sup>a</sup> MARISA LEÃO** - Senador Roberto Saturnino, permito-me a liberdade de começar pelo segundo ponto: a televisão.

Isso aqui também vou deixar nas mãos dos Senadores José Fogaça e Francelino Pereira.

Todavia, antes de tudo, gostaria de, mais uma vez, louvar essa iniciativa. A expectativa que o setor cinematográfico tem diante dos trabalhos desta Comissão é concreta e real e, a meu ver, eles estão caminhando muito bem.

Com relação a essa questão da televisão, trago aqui um documento, publicado este ano na Espanha, cujo título é “Televisão e Cinema: uma dupla obrigada a entender-se”. Se V. Ex<sup>a</sup>s me permitirem, poderei lê-lo em menos de um minuto.

A participação da televisão no financiamento da produção audiovisual durante as duas últimas décadas é um fator-chave para se entender a indústria cinematográfica espanhola atual. A inversão das televisões no cinema espanhol não é um aspecto exclusivo da Espanha; trata-se de uma prática comum em toda a Europa.

Assim, Senador, o que quero dizer é que não sou tão pessimista em achar que esse casamento vá se dar na polícia nem também tão otimista em achar que ele vá se dar, por um *laissez-faire*, no Outeiro da Glória. A meu ver, é preciso que algumas forças, não tão ocultas assim, contribuam para que esse rapaz perceba nessa moça as suas qualidades. Há uma certa necessidade de indução.

O Helvécio tocou num aspecto importante quando disse que cabe ao Estado o papel de regulador. Essa regulação, não necessariamente, precisa ser expressa de forma autoritária, mas deve ser conduzida de maneira hábil e estratégica para o entendimento de que, do jeito como as coisas se encontram, não há sequer necessidade de se procurar casamento fora do clã. O clã abastece totalmente os casais.

Com relação à sua segunda questão, ou seja: o que há na legislação de outros países que poderíamos usar, parece-me a mais importante. Quando se fala da necessidade de se complementar a política atual de investimento em cinema, que hoje é exclusivamente de incentivos fiscais - e, como bem disse o Senador José Fogaça, é insuficiente, precisa ser complementada por uma série de ações - , não é preciso imaginar que nós precisemos de dinheiro público para isso. Nos outros países isso é feito taxando-se a própria atividade. Quer dizer, taxa-se a atividade vídeo, taxa-se a própria atividade cinema, a importação de títulos.

Neste momento, eu diria que talvez o projeto urgente urgentíssimo, hoje, é a renovação do Decreto n° 1.900. Esse decreto já existe, mas taxa apenas a entrada de filmes estrangeiros para o mercado de cinema. Fizemos um estudo incluindo esta taxação também para o mercado de vídeo, televisão aberta, televisão fechada e por satélite. Estima-se que isso possa contribuir com uma renda em torno de 40 milhões/ano para a atividade audiovisual.

Ora, é preciso deixar claro que este ano de 1999, dos R\$160 milhões de renúncia fiscal aprovada pelo Executivo, o cinema captou até esta data em torno de R\$12,5 milhões; é um dado muito baixo. Não se trata mais de discutir se a política de incentivo fiscal é insuficiente ou não. É preciso tomar medidas urgentes para que se extraiam da atividade, como é feito em outros países, recursos que possam torná-la contínua, perene e que tenha condições de criar volume, sem o que nós ficamos a mercê de dados.

Volto a insistir, nós crescemos neste ano porque os filmes lançados com apoio da **Globofilmes** deram essa visibilidade a que o Helvécio se referiu. Se você não tem, não vai conseguir crescer.

Existe um projeto que foi entregue ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro Francisco Weffort, que se chama Projeto de Isonomia Competitiva na Comercialização do Filme Brasileiro no Mercado, que passei as suas mãos na semana retrasada, que propõe exatamente isto: a competição tem que se dar por uma igualdade de visibilidade, sem o que nada é possível.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Muito bem!

Com a palavra o Professor Santeiro.

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** - Senador, eu começaria, digamos, pelo fim: em que medida os nossos alunos são aproveitados, incorporados.

Embora não tenhamos um acompanhamento muito preciso quanto a isso, estimaria que em torno de 30% dos alunos sobrevivem na flutuação do mercado de trabalho do cinema. O próprio mercado de trabalho audiovisual é flutuante, é o que nós estamos vendo. Na medida em que essa outra modalidade - e aí respondo a parte anterior, sobre o curta-metragem, pelo qual eu realmente me empenho basicamente - seria justamente uma modalidade quase que reguladora, quase que de entressafra, inclusive da produção. Aliás, na história do cinema brasileiro, a atividade do filme cultural, como nós englobamos todo esse setor de curta-metragem, documentários, funcionou justamente no intervalo entre os ciclos de produção comercial como uma forma de manutenção da mão-de-obra dos técnicos, do pessoal, dos profissionais, enquanto a produção propriamente comercial não retomava. A área de produção tem inclusive esse papel.

Desde o início do cinema no mundo, que começou em curta-metragem - eram filmes pequenos, no Brasil, também - não havia muito a presença do filme, do curta metragem estrangeiro. Mas curiosamente e graças ao espaço que o próprio curta-metragem, que se manteve, nos momentos de seca do cinema brasileiro recente, dos anos 90 para cá, como uma forma ativa de produção. E inclusive dos próprios cursos de cinema, da própria Universidade Federal Fluminense, que se manteve ativa durante esse tempo. O que, acredito, despertou um pouco o público consumidor, restrito, para essa forma de cinema, que corresponde – sempre há uma grande discussão a respeito –, mal comparando, ao conto, em literatura, ou ao soneto, em poesia. Ou seja, é uma forma menor mas não menos específica, que tem as suas próprias normas, as suas próprias formas. Não é apenas um filme menor. É um gênero de criação.

Finalmente, nos últimos tempos, fico até surpreso, às vezes, de ver que tem havido, na mesma medida em que a lei não é cumprida efetivamente, porque, V. Ex<sup>as</sup> me permitam, no caso, o Executivo...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** - A lei diz o que, especificamente? Que todo filme longa metragem estrangeiro tem que ser exibido concomitantemente com o curta?

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** - Exato. Cabe a exibição de um curta-metragem antes de cada longa estrangeiro. Ocorre que essa lei é parte da mesma lei que criou a Embrafilme, em 1974. Com a extinção da Embrafilme, interpretou-se que a lei teria sido extinta. Bem, não preciso dizer no Senado Federal que não se extingue uma lei exatamente assim. Enfim, há um lado que não esconde, altamente contencioso, com o Ministério da Cultura e com a Secretaria do Audiovisual, que, digo claramente, preferem não levantar essa área de atrito, de confronto, com os exibidores e distribuidores estrangeiros, pois preferem descobrir formas de negociar o filme de ficção comercial de longa metragem. Ou seja, o pequeno, coitado, paga o pato da briga entre os grandes. É algo que se repete há muitos anos. É algo que, na retomada do processo, não se conseguiu convencer... Há inclusive pareceres jurídicos de que a lei está em plena vigência. Mas o Ministro da Cultura se recusa a aceitar os pareceres, se recusa a aceitar essa ponderação.

O fato é que a lei continua sendo descumprida, o que gera todo esse quadro curioso. No entanto, os curtos estrangeiros começam a circular no País. Inclusive, e é um dos pontos para o qual tenho alertado – e passo à Presidência o documento –, subsidia-se a exibição dos curtos estrangeiros em festivais, em mostras, pois há a lei de incentivo à cultura, em detrimento do próprio curta-metragem brasileiro, que pode, teoricamente, ser favorecido por leis de incentivo tanto quanto outras produções audiovisuais. Contudo, ele não tem a presença, não tem o poder econômico para poder caber nas leis de incentivo.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** - Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção para o fato de que uma das missões desta Comissão deverá ser esclarecer a vigência da lei. Se está em vigor ou não, se devemos reforçá-la ou modificá-la. Mas não tem sentido existir uma lei que não se cumpra.

**O SR. HELVÉCIO RATTON** - Senador, começando pela última pergunta, sobre as televisões, sobre como se separa, nos Estados Unidos, a produção da emissão de programas, a legislação é bem clara. Aquele que exibe tem que comprar produção independente local. Inclusive, em termos regionais, a lei obriga, a fim de estimular a produção regional.

Nesse sentido, existia um projeto de lei no Brasil obrigando a produção regional das televisões que nunca foi votado e nem colocado em prática. Penso que isso coloca uma condição quase de monopólio para a televisão, na medida em que ela pode produzir e exibir tudo o que produz, sem que ela tenha o compromisso de comprar a produção local, ou seja, o produtor independente, aquele que não tem a concessão do canal público de televisão, não tem a quem vender, já que quem exibe produz os seus próprios programas ou compra de fora.

Penso um pouco como a Marisa. Não sei se é um casamento na base do delegado, mas deve estar perto, porque senão não casa. Cortar a própria carne ninguém corta, e já foram muitos anos em que a televisão brasileira procede dessa forma.

É curioso, inclusive, porque, sempre que é exibido na televisão, o cinema brasileiro obtém muito sucesso, dá muita audiência. No entanto, o preço que as TVs pagam por nossos filmes é um preço muito menor que o filme estrangeiro, e essa cumplicidade de produção nunca aconteceu, ao contrário do que vem acontecendo na Espanha, na Inglaterra, na França e em outros países, principalmente nos Estados Unidos.

Em relação à questão de participação no mercado, na verdade, nos anos 70 e 80, a participação de filmes brasileiros no mercado era de 24%, 29%, 30%, até atingir 35%, no ano de 1982, com 80 filmes produzidos por ano. Em 1992, essa taxa cai para zero, praticamente, com três filmes apenas lançados no mercado, e depois, timidamente, esses números vêm crescendo até esse ano, como falamos, até chegar a um ponto de 8,6%.

É preciso ressaltar que esses lançamentos desse ano, e mesmo do ano passado, referem-se a um momento em que houve uma produção maior. Estamos, nesse momento, acho que por força da queda na arrecadação fiscal, por conta da marcha de investimento da Lei do Audiovisual no Cinema, enfrentando uma produção muito menor. Há que se temer quantos lançamentos teremos no ano que vem. Nesse sentido, há uma certa expectativa de que possa cair essa participação crescente, na medida em que a própria produção está caindo. Isso revela, como já foi dito aqui, que as leis de incentivo não são suficientes para garantir essa dinâmica de funcionamento do cinema brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Muito obrigado. O próximo participante é o Senador Lúcio Alcântara.

Antes de S. Ex<sup>a</sup> usar da palavra, quero fazer o registro de que o que aqui já ouvimos, que já amealhamos como informação a respeito dessa questão do cinema no Brasil, mostra-nos claramente que o problema da produção talvez seja um dos menores, seja daqueles menos dramáticos ou decisivos. A grande questão é essa garantia de espaço, garantia de veiculação, uma possibilidade regular de exibição, ou seja, como isso pode ser transformado em norma jurídica com poder de coerção legal. O tal do casamento na polícia, na verdade, é a coerção legal, a possibilidade de a lei impor normas de conduta.

É claro que não se pode perder de vista o senso de mercado. É preciso que haja, também nesse âmbito, uma certa concorrência entre o produto nacional, em busca de qualidade. Não podemos perder essa perspectiva da qualidade, porque, sem ela, também, em pouco tempo, teremos aquilo que aconteceu com a Lei de Informática: a desmoralização da própria lei, que tenta criar uma reserva de mercado e uma abertura que nunca mais tem volta.

Esse raciocínio é importante nesse momento, uma vez que várias conclusões, de alguma maneira, os Srs. Senadores da Comissão estão positivamente extraíndo desses importantes debates que aqui têm sido feitos.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** - Srs. Senadores, senhores convidados, no meu segundo mandato de Deputado Federal, dediquei-me em profundidade a estudar essa questão, não só do cinema mas dos audiovisuais. Elaborei três ou quatro projetos de lei que tiveram o destino mais

freqüente nos projetos de lei, que foi a gaveta, inclusive porque mexiam com interesses muito poderosos. Um deles era a questão da produção independente, obrigando, pelo menos parte dessa produção, as televisões adquirissem de produtores independentes. É evidente que o projeto não prosperou, obrigando a programação local ou regional das emissoras de televisão e vários aspectos, e eu não me limitei a apresentar os projetos. Eu mantive várias reuniões com diferentes setores desse chamado povo do cinema. Primeiro, que é um povo heterogêneo, porque os interesses nem sempre são os mesmos, embora todos façam parte dessa atividade, os interesses dos exibidores não são os mesmos interesses dos produtores, dos financiadores, dos laboratórios de cópia, pois nessa época era um monopólio, só um que fazia e pronto. Hoje em dia eu não sei como está isso. É algo extremamente complexo. Inclusive a atividade que ora é arte, ora é indústria. Ela em si mesmo tem um quê de ambigüidade. Logo, na hora em que você trata a indústria é produção, é rentabilidade, é lucro, é competição. Então, por si já um elemento perturbador na hora de se formular soluções. Há visões românticas, culturais, nefelibáticas, para lembrar uma expressão usada pelo nosso Presidente há algum tempo, e outros movidos pela idéia do lucro, da produção, da rentabilidade, do retorno do investimento. Se formos comparar, por exemplo, a questão das outras atividades que competem nesse mercado dos incentivos, eles se queixam muito.

O Senador Francelino Pereira, na melhor linhagem de Cataguases de Humberto Mauro, está resgatando essa discussão que é extremamente importante, porque podemos aqui, ao cabo do nosso trabalho, termos uma linha de apoio a essa atividade. O Roosevelt já dizia que com o nosso cinema, vão os nossos produtos, vão os nossos usos, vão os nossos costumes, enfim, vai a nossa cultura, ou seja o nosso modo de vida. É uma indústria poderosíssima nos Estados Unidos, inclusive em termos de exportação, etc. Então, temos que conciliar, porque só tem um povo aqui que não podemos chamar aqui que vão ser nós, os Senadores, porque aqui não tem nenhum artista, nenhum produtor, nenhum diretor, mas sim espectador. E esse é o povo que não pode ser esquecido. Então, na hora em que você quer introduzir o mecanismo de coerção que não tem um pouco de competitividade, um pouco de qualidade, vai ser difícil. Mas concordo que se o casamento não é na polícia, o pai da donzela tem que ser, pelo menos, uma fera porque, caso contrário, esse casamento não vai se consumar. Os interesses não são os mesmos. Às vezes pode até nem ser tão antagônicos, mas não são os mesmos. Então, eu acho que a televisão tem que ser interessada no processo. Ela tem que ter uma perspectiva de lucro, de retorno, de rentabilidade, que não é só no número de espectadores mas, quem sabe, ela mesmo investir, ser parceira nessas produções que muitas delas são caras. Eu assisti agora, não estou fazendo comercial, o *Mauá*, que considero um filme excelente em termos de produção, qualidade, reconstituição de época, que não fica a dever nada, a nenhum outro. Quer dizer, a nossa publicidade é uma das melhores do mundo. O que está faltando é esse ninho de apoio, de estrutura, de segurança, de meios, de recursos para que essa indústria possa crescer, prosperar e desenvolver. Existem algumas coisas que podem nos ajudar, fora essa questão sobre recursos, subsídio, participação maior do Estado. Na época em que abordei essa questão, uma rede de televisão tinha índices esmagadores de audiência, pois não havia tv a cabo, não havia outras redes que estavam competindo. Hoje, possivelmente a receptividade de algumas dessas empresas que estão no mercado para negociar uma parceria com o cinema brasileiro, vai ser muito maior do que naquela época. Porque se estabeleceu, senão em níveis ideais, mas um nível maior de concorrência, de competição da televisão; seja da tv aberta, seja de tv a cabo, por satélite, etc. Então, esse fator não pode deixar de ser considerado na hora de se propor esse tal casamento entre o cinema e a televisão, que considero vital, porque sem isso vai ser muito difícil assegurarmos a expressão que gostaríamos que o cinema tivesse. Então, tenho certeza que desta subcomissão vão sair muitas sugestões e propostas que vão fortalecer tudo isso, sem perder de vista o espectador, porque sem ele não há nada. Vamos fazer cinema para o povo do cinema? Temos que fazer cinema para o público. Muitos desses filmes são sucessos de audiência, de platéia no Brasil.

Quero dizer que dessas diferentes propostas e depoimentos certamente vamos encontrar um ponto de equilíbrio entre leis que protejam e o estímulo à competição, à concorrência, à

qualidade, à formação de platéias, ou seja, a base sobre a qual poderemos tentar construir uma atividade proveitosa.

A economia da cultura, do lazer, da diversão é muito poderosa. Não sei quantas pessoas, por exemplo, estão envolvidas em cinema no Brasil, mas deve ser um número fantástico, mesmo considerando o nanismo do nosso cinema em termos de comparação com outras indústrias cinematográficas poderosas no mundo inteiro.

Essa é uma realidade que não podemos ignorar. Dentro disso, não podemos perder de vista, porque às vezes a mídia perde, a qualidade, os padrões éticos, tudo que não pode estar fora dos meios de comunicação.

Essa é uma atividade que cresce muito, que emprega bastante e que tem uma capacidade de expansão potencial enorme. Não podemos desprezar isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Muito obrigado, Senador Lúcio Alcântara. V. Ex<sup>a</sup> não dirigiu uma pergunta especificamente.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** - Sr. Presidente, quero fazer um pequeno aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Antes de V. Ex<sup>a</sup> usar da palavra, o Senador Agnelo Alves se inscreveu para falar. V. Ex<sup>a</sup> cederia a ele a palavra agora e depois retornaria a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** - É um aparte ao que disse o Senador Lúcio Alcântara.

Só quero dizer que essa minha preocupação em relação ao casamento da TV com o cinema é porque no meio político temos que pensar que as nossas proposições podem ser aprovadas por unanimidade, aqui na Comissão, no Senado, mas chegarem à Câmara e encontrarem obstáculos, uma vez que o mundo político sofre uma pressão muito grande por parte da televisão, maior do que do cinema. Temos que pensar na viabilidade, temos que ter habilidade na formulação das regras desse casamento, de modo a não suscitar uma reação poderosa da televisão, que embargaria qualquer proposta que fizéssemos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Senador Agnelo Alves, ilustre representante do Rio Grande do Norte, jornalista renomado, Senador emérito, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra. Uma vez que V. Ex<sup>a</sup> fizer a sua intervenção, retornaremos a palavra à Mesa, para que cada um dos expositores possa fazer as suas observações.

**O SR. AGNELO ALVES** - Já entendi que, a par de todos esses elogios, V. Ex<sup>a</sup> quis limitar o meu tempo sutilmente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - A interpretação de V. Ex<sup>a</sup> é subjetiva.

**O SR. AGNELO ALVES** - Claro! E vou obedecer rigorosamente.

Sr. Presidente, estamos aqui mais para ouvir do que para falar. Na verdade, o que eu tinha a dizer o Senador Lúcio Alcântara já o disse com muita propriedade. Estamos em uma multifacetada indústria, que supõe produção, exibição, mil caracteres que uma lei só não vai resolver.

Primeiramente, queria registrar que cinema e televisão são diferentes. Uma novela que fosse passada nas telas de cinema não teria o menor êxito. Ir ao cinema toda noite jamais!

Em segundo lugar, no Brasil, não há uma cultura uníssona, ou seja, uma única cultura. Há aqui a cultura italiana, que está fazendo o maior sucesso na novela; a cultura alemã, da terra de V. Ex<sup>a</sup>; a cultura mineira; a cultura nordestina. Somos um povo - graças a Deus - de uma etnia que se misturou e que está procurando uma identificação. Não tem ainda uma identidade, mas chegará lá.

Considero importante, cada vez mais, que, antes de incentivar, devemos premiar os melhores. Se se produziu e é bom, magnífico, maravilhoso, premia-se! Com isso, despertaremos para uma produção cada vez melhor.

Outra coisa é o casamento. Sr. Presidente, os artistas são os primeiros a dizer que o papel passado não vale nada. Como vamos querer impor um casamento de papel passado, com lei e com delegado à porta? É difícil, é muito difícil convencer disso as pessoas e, principalmente, os artistas.

Mas há um ponto de partida, que considero importante: alguém - não me lembro quem - disse que foi entregue ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro da Cultura um documento que representa o pensamento da indústria cinematográfica. Seria muito importante que

avocássemos esse documento, para que pudéssemos estudá-lo, já que se pode constituir em um ponto de partida, em um aperfeiçoamento, em ponto de debate, em rejeição ou em adoção.

Por último, gostaria de dizer que esta Casa - como já frisou o Senador Francelino Pereira - é uma casa de espectadores, mas que aqui há muitos artistas também.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - A palavra fica franqueada à Mesa. Pergunto ao Senador Francelino Pereira se deseja intervir neste momento ou após a análise e as observações dos nossos convidados.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** - Ao final, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Concedo a palavra a V. S<sup>a</sup>, que já havia solicitado a palavra.

**A SR<sup>a</sup> MARISA LEÃO** - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Senador Lúcio Alcântara, tive o prazer de ser uma das pessoas que conversaram com V. Ex<sup>a</sup> naquela época. V. Ex<sup>a</sup> foi ao nosso escritório, meu e do Sérgio Resende, e conversamos bastante. Naquela época, a sua iniciativa parecia um laguinho em um deserto. Ninguém estava pensando naquilo, e V. Ex<sup>a</sup> já vinha em busca de um entendimento sobre esta questão.

Queria ater-me ao aspecto mencionado por V. Ex<sup>a</sup>. Penso que não estamos, em nenhum momento, querendo paternalizar a incompetência. É preciso ficar bem claro que, como em qualquer setor, produz-se do bom, do médio, do ruim, do excelente, e isso não é exclusivo do Brasil, acontece em qualquer país. Agora, trata-se de tentar evitar o massacre do que é competente.

O senhor citou o filme "Mauá", que foi lançado recentemente. Ele contou, mais ou menos, com algo em torno de R\$500 mil em mídia, o que, para o mercado nacional – ele foi lançado em todo o Brasil –, é muitíssimo pouco. Talvez ele necessitasse ter de investimento em mídia alguma coisa como R\$2 milhões a R\$3 milhões, que é o que os filmes lançados pela Globo Filmes têm. Então, nesse caso, há um massacre da competência, se o senhor concorda comigo que o filme tem valores e méritos. Não cabe a mim aqui dizer, até porque foi feito pelo meu marido. Abstenho-me de fazer considerações, juízos de valor. Eu apenas diria: que condições de competitividade tem esse filme num mercado em que, na mesma semana, abre-se o jornal e o anúncio do filme tem um tamanho e o do outro é bem maior? Quer dizer, são essas coisas.

O projeto a que me referi, Senador Agnelo, que foi entregue ao Presidente da República, versa exatamente sobre isso. É um programa de isonomia na comercialização. Porque, se eu produzo e tenho confiança naquilo que decido produzir, eu gostaria de ter condições de igualdade. Inicialmente, de visibilidade. Se o espectador souber de mim o mesmo que sabe do "Sexto Sentido", aí eu me sinto perdedora ou ganhadora com justiça. Mas, se ele sabe de mim uma centimetragem e sabe do outro uma centimetragem diferente, de que isonomia competitiva estamos falando?

Por fim, quero dizer ao Senador Agnelo, com relação à questão da televisão, que penso que temos um momento ímpar hoje, a nosso favor, para não pensar num casamento na polícia. Há interesses hoje da televisão que estão sendo discutidos na Comissão de Comunicação como raramente foram. Creio que é hora de o Congresso negociar. E é hora de nos perguntarmos se devemos considerar simplesmente essa questão um tabu – e vamos, então, fazer desta Comissão e do seu resultado um conjunto de coisas que deixe de enfrentar a grande questão –, ou se encontramos um jeitinho de colocar tudo na mesa, num momento em que as televisões estão tão interessadas em algumas coisas importantes. Este é o momento certo, e é já, está sendo agora.

Não vejo com desesperança, Senador Saturnino, a introdução desse assunto neste momento. O momento é propício, como nunca o foi. E, talvez, com um pouquinho de jogo de cintura, a gente consiga até uma foto bonita na porta da igreja.

**O SR. AGNELO ALVES** - Vamos tentar que o delegado convença.

Agora, há também o problema da segurança. Em casa, você está comodamente sentado assistindo à televisão. Só vou ao cinema em **shopping**, onde meu carro está bem guardado e eu estou muito bem guardado lá dentro. Porque, se você for ao cinema num descampado, isolado, você corre risco de vida e o seu carro já era.

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** - Senador, só um comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Já passo a palavra ao senhor, em seguida. Não se sinta constrangido nem limitado.

Já estamos no momento de encerrar. Então, quero dar aos nossos convidados, que fizeram exposições aqui tão estimulantes, provocativas e construtivas, o momento da exposição final.

Pela informação que tenho, às 11 horas e 40 minutos, haverá o início da Ordem do Dia. Portanto, 15 minutos, podemos conceder cinco minutos a cada um dos convidados para que teçam observações em torno de tudo o que foi dito e esclareçam os Srs. Senadores; e ainda podemos ouvir o Senador Francelino Pereira, o grande mentor desta Comissão.

Concedo a palavra ao Professor Sérgio Santeiro para que a use como intervenção final e atenda às dúvidas e expectativas dos Srs. Senadores.

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** - Agradeço novamente minha participação nesta Comissão, vendo a importância que ela realmente tem. Minha presença se deve basicamente ao fato de representar um setor que não somente, como eu já havia falado, é um setor dos menores produtores e realizadores de cinema, como por ser responsável pela destinação de boa parte dos jovens, futuros realizadores e profissionais do audiovisual.

Na área específica chamada filme cultural, eu insistiria numa deliberada e radical proteção, sim. Há o que se imaginar de eventual competitividade numa economia de maneira mais ampla, mas há questões estratégicas, fundamentais das quais não se deve, em hipótese alguma, abrir mão e em que se deve ter uma atitude efetivamente mais decidida. Não se pode permitir que a devastação que os filmes estrangeiros provocam na economia cinematográfica brasileira se some à devastação dos valores culturais e sociais muito mais da informação da população no futuro. E, sobretudo, que se subsidie abertamente a produção cultural estrangeira em detrimento do que é o mercado de trabalho que temos que garantir aos jovens formados ano a ano.

Passo ao Presidente, Senador José Fogaça, um artigo recente de minha autoria publicado na imprensa e mais alguns pontos que talvez consolidem um pouco o que havia sido exposto aqui como forma de contribuir para os trabalhos da Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Concedo a palavra ao Diretor Helvécio Ratton para que responda às gentis e criativas provocações do Senador Agnelo Alves.

**O SR. HELVÉCIO RATTON** - Senador Agnelo Alves, como o cinema faz parte da indústria do entretenimento - como o Senador Lúcio Alcântara realçou bem - e, ao mesmo tempo, talvez seja a atividade econômica mais poderosa hoje no mundo, o setor que mais cresce e fatura, às vezes, há uma certa dose de ingenuidade nessa discussão que permeia nós todos que somos não só produtores, mas espectadores.

As questões do cinema vão muito além do gosto pessoal. Brincando com o que S. Ex<sup>a</sup> havia falado, quando falamos em cinema, parece que nos referimos à sala de cinema. Na verdade, o que as televisões mais exibem são filmes. Como S. Ex<sup>a</sup> sabe, há canais de televisão a cabo que se dedicam exclusivamente a exibir filmes o dia inteiro. E o que mais exibem mesmo as TVs abertas é cinema. O casamento da TV exibindo cinema já se deu há muito tempo. O que não aconteceu com o cinema brasileiro em particular.

Na **Folha de S.Paulo** de ontem, foi publicado um editorial do Clóvis Rossi a respeito da indústria do audiovisual. Achei bem curioso. Ele escreveu o editorial a partir de Lausanne. Acho bom que ele esteja na **Folha de S.Paulo**. O artigo se chama “Eles Protegem, Eu Abro”. Ele fala o seguinte: “já que o Brasil gosta tanto de imitar o Primeiro Mundo, bem que poderia copiar a iniciativa da União Européia sobre a indústria cultural no que se aplica à chamada rodada do milênio; ou seja, um conglomerado de quinze países europeus fechou questão a respeito de sua capacidade para definir e implementar suas políticas culturais e audiovisuais, com o propósito de preservar a diversidade cultural.

Traduzindo: os europeus querem ter o direito de defender sua indústria cultural do que chamam de invasão norte-americana, ou, se o leitor preferir de uma forma simplificada, eles querem

ter o direito de terem sua própria Embrafilme, para proteger, no caso, a indústria cinematográfica. Perfumaria? Talvez não.

Leia-se o seguinte trecho do delegado do Governo francês publicado no **Le Monde**: “O verdadeiro combate deve também ser levado contra a poluição dos espíritos e das sensibilidades, a fim de proteger as especificidades de todas as culturas e de todas as formas de expressão contra os rolos compressores econômicos que se beneficiam das vantagens da língua inglesa. Pelo menos para a rodada do milênio o Brasil ainda não tem posição firmada nessa área da indústria cultural. Conviria discuti-lo enquanto é tempo, antes que a tal poluição dos espíritos seja irreversível. À luz da posição européia conviria igualmente analisar melhor se é ou não conveniente abrir o seu mercado jornalístico para a participação do capital estrangeiro como está em debate.”

Quer dizer, ela está dizendo que a questão da imprensa, no nosso caso, é uma porta já arrombada há muito tempo.

**O SR. AGNELO ALVES** - Licença, eu queria acrescentar só um detalhe. Todos esses países não têm a metade da extensão territorial do Brasil. Assim, é fácil obter tudo isso. A minha cultura de nordestino, por exemplo, é diferente da cultura do Senador Francelino, que é mineiro, da cultura do Senador Fogaça, que é do Rio Grande do Sul. Mas a **Globo** monta para o Brasil a cultura do Rio de Janeiro. Pior do que isso, a **Globo** e todas as televisões geradas em São Paulo nos impõem os maiores bandidos do mundo e que hoje são admirados pelas nossas crianças, já que não há nenhum grande xerife brasileiro para combatê-los.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - A informalidade permite que se tenha esse tipo intervenção.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar da palavra.

**O SR. HELVÉCIO RATTON** - Para encerrar, gostaria de agradecer a V. Ex<sup>a</sup>s pela oportunidade de estar aqui, de trazer algumas idéias. Mais uma vez quero reafirmar que a nossa esperança é de que de fato uma nova etapa do cinema brasileiro passe também por uma legislação mais moderna e não necessariamente coercitiva, mas que saiba entender o papel do Estado nessa atividade econômica tão forte.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> Marisa Leão, para que encerre sua participação.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** - Posso pedir que seja feito um comentário rápido sobre multiplex e suas consequências. Isso vem para o bem ou para o mal?

**A SR<sup>a</sup> MARISA LEÃO** - Eu diria, Senador, que seria para o bem se houvesse um sistema em que a visibilidade estivesse toda concentrada num mesmo espaço, porque a competitividade se tornaria maior. Assim, o multiplex reforça mais ainda a necessidade de termos condições para competir naquele mesmo espaço. Sem isso, ocorre um massacre. Não é preciso nem jogar a bolinha de gude, porque ela não vai cair na bula. Não há condições

Eu queria despedir-me e agradecer a V. Ex<sup>a</sup>s por este convite. Ao mesmo tempo em que esta Comissão está desenvolvendo esse trabalho de massa crítica a fim de formular uma proposta concreta, gostaria de dizer que acho que há um consenso aqui. O Senador Fogaça se referiu a isso e também vários outros Senadores. O modelo atual de alavancar o setor a partir exclusivamente de leis de incentivo é insuficiente. Nós temos um orçamento em votação. Nós temos alguns sistemas que nos permitiriam criar uma solução para a produção do ano 2000, para o emprego do ano 2000, para a alavancagem do ano 2000. Se isso não for feito, se não for votado até 31 de dezembro, nós provavelmente enfrentaremos problemas mais graves. O que eu pediria é que, ao mesmo tempo em que se está desenvolvendo este movimento aqui, ficássemos bem atentos a propostas que chegarão ao Senado na próxima semana. Nós temos uma reunião, amanhã, no Rio, da Comissão de Cinema com o Secretário do Audiovisual. Temos ainda duas propostas bem concretas para a criação de dois programas de alavancagem da produção e da comercialização do cinema brasileiro, para já entrarem em vigor no ano 2000.

Isso é muito importante.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** - Só para concluir, quero dizer, primeiro, sobre o que a Produtora Marisa Leão falou, comentando uma afirmação do Senador Saturnino sobre o poder da televisão, que é a oportunidade que ela acha que há no momento em função de algumas questões de interesse desse setor, que realmente a televisão tem, particularmente sobre o Governo, sobre as autoridades do Poder Executivo, sobre os políticos de uma maneira geral uma força muito grande. Ela, em determinados momentos, pode condenar ou louvar uma determinada posição, um determinado político ou esquecer, porque, às vezes, o político é suficiente para lixar com ele. Então, é possível que agora surja esse espaço melhor de negociação, onde o Congresso possa mediar isso, de maneira que os interesses, de alguma forma, senão totalmente, se somem, se casem, porque isso é essencial.

Sobre essa questão regional, o Senador Agnelo falou muito bem, fazia parte desse “pacote” de projetos que elaborei na época, obrigar um mínimo de programação regional. Claro. Hoje, por exemplo, no Ceará, há uma TV a cabo que está alcançando um enorme sucesso - evidentemente, com a limitação de que o cabo ainda é restrito, tem um número pequeno de usuários, comparando com a TV aberta - porque só faz programação local. Então, a mudança de tudo isso, a que me referi, inclusive as brechas que podem estar surgindo para o cinema, começam a definir nichos de mercado. Essa TV só tem programação local. Ela está tendo sucesso comercial, está tendo audiência e se dedica só a isso. É uma forma de preservar valores culturais, que são fundamentais.

Quando a França briga pelo cinema, briga pela língua, briga pela cozinha francesa, em última análise, ela está brigando pela cultura francesa. Claro que nós não podemos pensar em erguer um dique, em ser uma ilha. Não é assim.

Essa história de casamento me faz lembrar de uma história verídica que acontecia no sertão do Ceará, em Saboeira, há muitos anos. Os pais das donzelas tinham uma capacidade de convencimento muito grande ao levá-las ao altar, mesmo que não houvesse muito entusiasmo do noivo. Costumavam lá comparecer portando alguns instrumentos que causavam muito convencimento. Tinha um padre alemão que não aceitava isso. Ele ia também, colocava seu revólver e dizia claramente que lá ninguém casava à força, e dizia que garantia, dizia que se não quisesse casar não casaria, porque ele não fazia casamento à força. Respeitavam então a vontade dos nubentes graças ao poder coercitivo.

Quer dizer, o Estado pode não obrigar, mas pode ameaçar que vai obrigar. E podemos chegar a certos pontos de concordância que tragam soluções a esses problemas. Se a solução for artificial, não vai vingar, não vai produzir os resultados, mas também se acreditarmos só na mão livre, na mão invisível do mercado, se é que ela existe - é invisível porque ninguém viu -, a coisa não vai funcionar.

É preciso que apareça uma mão visível para dar isso que a Marisa falou, um mínimo de condições de competição, porque colocar o Mike Tyson com o Maguila não tem graça, não vai dar nem bilheteria.

Acredito que foi muito importante e útil, vamos seguramente tirar daqui conclusões que possam ajudar nessa luta e receber esses documentos que foram mencionados, como pediu o Senador Agnelo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Com a palavra o Senador Francelino Pereira, para fazer as suas observações como Relator, em torno de tudo o que aqui foi dito.

Pareceu-me que ficou muito claro - e essa é uma opinião do Presidente da Comissão, não necessariamente da Comissão - que é preciso, não sei se uma nova lei, mas algumas alternativas que possam sustentar um apoio amplo ao curta metragem no Brasil. Isso parece que ficou evidente na exposição do Prof. Santeiro. O curta metragem é a base, é a origem, é o início, é a escola do cineasta; cineasta que não fez curta metragem possivelmente nunca se torne cineasta. É um primeiro momento, é um início e só a participação massiva, quer dizer, as escolas de cinema tendo a oportunidade de criar, de produzir, de abrir espaços, é possível, sim, criar uma política pública de

incentivo ao curta metragem e também criar competição dentro do curta metragem, na busca da qualidade, uma competição que venha a premiar, a garantir os melhores espaços para os melhores, quer dizer, não é preciso retornar ao velho protecionismo conservador e antiquado. É possível criar um novo instrumento legal, baseado no estímulo, baseado na abertura de oportunidade, enfim, formas que a criatividade dos Srs. Senadores haverá de propor.

Senador Francelino Pereira, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, para, em seguida, encerrarmos esta reunião.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** - Primeiramente, um abraço cordial aos três ilustres expositores.

Antes de tudo, um abraço para Helvécio Ratton. Ele é um amor de pessoa e “O amor e Companhia”. Até lutou, mas não conseguiu. O Oscar está distante.

Na verdade, assisti ao filme duas vezes, uma no Rio de Janeiro, ao lado do Museu da República, o Catete, e outra na praça pública, na capital do Brasil, Ouro Preto, a capital da liberdade. Ouvi e li que “O Amor e Companhia” - vamos abrir o jogo - era um excelente filme - nenhuma preocupação com a Patrícia Pillar -, mas que faltara ao filme uma cena majestosa, talvez um pouco mais de sexualidade e de romantismo, mas, sobretudo, de um espetáculo maior.

Um dia, encontrando-me com Helvécio Ratton, na primeira reunião que fizemos no meu escritório em Belo Horizonte, porque eu queria ver um pouco do cinema de Minas Gerais - Minas é tão grande que terminamos não se encontrando e, às vezes, as montanhas não permitem esse encontro permanente -, ele me disse que, realmente, o filme seguiu aquela trilha exatamente porque quis ser fiel a Eça de Queiroz. E eu o louvei por essa iniciativa.

Na verdade, no mundo inteiro, inclusive no Brasil, os filmes que saem dos livros de autores, como de Jorge Amado e outros, têm um poder de ampliar o raio de ação para competir no mercado.

De qualquer forma, o meu abraço e peço que transmita aos nossos cineastas jovens de Minas Gerais, todos aqueles que se reuniram conosco, um abraço fraternal, e dizer que hoje, mais do que nunca, Minas precisa estar presente nesse debate e embate que estamos travando aqui, com extrema responsabilidade, que estamos procurando catalisar o afeto e a discórdia para podermos chegar às soluções consensuais, com o chamado povo do cinema. Minas precisa dar a sua contribuição efetiva, não apenas do ponto de vista da escrita, da emoção ou da expressão que venha de um Estado maior do que o mundo, mas também pelo fato de Minas estar presente numa definição dos rumos do cinema no Brasil. Essa presença mineira é fundamental.

Queria dar um abraço aqui - vou começar, perguntando a ele: nasceu onde?

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** - Nasci no Rio de Janeiro, mas a minha família é de Sabará.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** - Está no âmago do Brasil e de Minas Gerais, Sabará.

Primeiro, veja como a coisa está evoluindo, Marisa Leão, quando você entrou aqui - permita-me o tratamento da intimidade - eu a cumprimentei, felicitei-a mais uma vez, e alguém estava atrás. Estendi a mão levemente, rapidamente, quando alguém falou: “Esse é o Sérgio Santeiro, com esse terno **black tie**”. Para nós já é importante a presença dele tal como está, como ele anda em Niterói, como vai à praça, também vai ao cinema e como leciona, com certeza, com essa mesma gravata, com esse mesmo terno e com essa mesma cabeleira de Castro Alves. Quero felicitá-lo, até pelo fato de ser Diretor do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal fluminense, e dizer que sua presença aqui é muito importante, sobretudo pelo testemunho dado no trabalho que desenvolve no sentido da formação do povo do cinema, de se formar o cinema.

**O SR. AGNELO ALVES** - E pela condição e origem de Sabará

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** - E pelo fato de ser de Sabará, que fica ao lado de Belo Horizonte, que é uma cidade histórica que, não obstante já “conurbada” com Belo Horizonte, com a nossa região metropolitana, é um ponto de referência na vida, na cultura e na sabedoria dos mineiros. Afinal de contas, também um abraço para a própria Marisa Leão, inteligente, competente e bela.

**O SR. (fora do microfone)** - E meio mineira também.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** - E meio mineira também

**A SR<sup>a</sup> MARISA LEÃO** - Pais de Manhuaçu, sogros de Andrelândia e São Pedro dos Ferros.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** - Três cidades do meu encantamento, até porque lá estão também os meus eleitores.

**O SR. AGNELO ALVES** - Eu gostaria de saber se os (?) têm vez, porque até agora só Minas Gerais. (Risos.)

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** - Apenas queria relembrar que não conhecia Marisa Leão. Eu vim conhecê-la depois que me envolveram nessa história do cinema, e fomo-nos envolvendo a todos. Fomos para o Rio Grande do Sul, do Senador José Fogaça, aqui presente. Depois, soube que S. Ex<sup>a</sup> tem um filho que é cineasta em Buenos Aires.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Em formação, está se formando.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** - Em formação. Talvez fosse interessante ouvi-lo aqui, não apenas a Francisca, sua filha caçula, que nasceu anteontem, mas também o próprio jovem.

Quero apenas repetir que estava saindo da minha casa, do meu apartamento, em Belo Horizonte, distraidamente, quando veio uma senhora, uma pessoa, cuja roupa era diferente, mas um pouco parecida. Em Minas, as coisas diferentes são um pouco parecidas. Pois bem, e eu fui olhando, e ela foi me olhando - ela no meio da rua e eu na calçada. Fui pegar o carro e, quando menos esperei, transformou-se na Marisa Leão, e eu a reconheci imediatamente. Um abraço, um beijo, uma cena rápida, e não perguntei para onde ela ia, ela não perguntou para onde eu ia. Quis perguntar, quis indagar, mas, em Minas, Marisa Leão, ninguém pergunta a ninguém aonde vai. (Risos.) Basta lembrar, e isso está na crônica do Brasil inteiro. Não estando no Brasil inteiro, está na Minas inteira, e Minas inteira é o mundo. Lembre-se do Milton Nascimento: "Eu sou do mundo, sou Minas Gerais". Ou do Carlos Drummond de Andrade: "Basta o mundo, o mundo do meu coração, lá é o meu mundo". Pois bem, não perguntei, porque quando se estava instalando ou criando a capital de Belo Horizonte para construir Ouro Preto, um mineiro do interior, inteiramente inteligente e competente, conversava com o amigo na pensão, na Av. Santos Dumond, perto de onde transitou bastante a Hilda Furacão. Eu também transitei por lá, na minha juventude. Pois bem, ele perguntou ao amigo naquela pensão, que ainda hoje existe na Av. Santos Dumond: "compadre, para onde ôce vai?" Ele disse: "vou para Queluz". Queluz é o antigo nome da Cidade de Conselheiro Lafaiete, hoje uma grande cidade. Queluz é um nome doce, poético, fantástico. "Estou indo para Queluz", e o amigo perguntou: "compadre, ocê está me enganando, ocê vai mesmo é para Queluz" - não perguntei por isso. (Risos.) E eu saí dizendo para todo mundo que encontrei Marisa Leão, e todo mundo olhando assim "e daí?" Acabou, encontrei-me com ela, e mais nada.

Bem, muito obrigado a todos pela participação. Efetivamente, estamos nos transformando em povo do cinema. Ainda não fizemos sequer o curta, Senador Fogaça, não promovemos nada ainda de importante, e confesso a todos que estão aqui que está desaparecendo da nossa mente uma certa preocupação. Agora mesmo está reunida a Comissão Executiva Nacional do partido a que pertenço, aqui, há poucos metros, contando com a presença do Presidente do Banco Central, para tratar dos problemas nacionais, internacionais e mineiros também. Não sei como os mineiros vão entender que o Senador Francelino Pereira está aqui cuidando de assuntos relativos ao cinema e ali ao lado está um homem que se envolveu com Minas Gerais e com aquela história de não aplicar recursos estrangeiros no Estado em razão da moratória decretada lá. Mas acredito que a partir desta Comissão o Congresso Nacional vai convencer-se de que efetivamente a cinematografia brasileira é um dos pólos mais importantes da vida econômica, social, política, cultural e financeira deste País.

Todos aplaudem a nossa participação no debate dos assuntos econômicos e agora estão começando a aplaudir a nossa iniciativa nessa convivência e nesse desafio que estamos enfrentando para melhorar esta indústria e esta arte nacional que é o cinema. Tivemos a experiência da sexta-feira, que é um dia mais aberto; quinta-feira é um dia apertadíssimo, por isso o debate não foi tão amplo, porque não dispomos do dia inteiro.

Quero dizer que estamos acelerando, avançando cada vez mais nos nossos trabalhos, sob a presidência de um homem que admiro e respeito, o Senador Fogaça, e que está conferindo confiabilidade e respeitabilidade. Quero dizer que os congressistas cada vez mais estão se preocupando com tema e logo mais todas as instituições parlamentares brasileiras serão transformadas também num capítulo, num cenário do povo do cinema.

Queria, desde logo, manifestar aos membros da Comissão e aos relatores que estão aqui presentes, que precisamos começar a examinar objetivamente os fatos concretos do cinema no Brasil, como este documento que o Senador Saturnino cobrou, para que pudesse estar aqui o projeto de lei e que também todos vocês, povo do cinema, tragam não apenas a sua palavra, o seu gesto, a sua emoção, a sua crítica, a sua controvérsia, mas também nos entreguem textos, minutas, propostas de alterações da legislação.

A nossa função não é só a de legislar, que talvez seja a menor de todas, é preciso legislar, é preciso colocar essa mão reguladora, de tal forma que efetivamente alguma coisa possa ser estimulada por uma legislação que não seja draconiana, mas, ao contrário, estimuladora e benfazeja.

A todos vocês muito obrigado, usando este tratamento mais íntimo, e vamos realizar na próxima semana uma outra grande reunião. Vou transmitir ao lado do Presidente José Fogaça as nossas informações ao Presidente da Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que manda dizer a todos do seu agrado, da sua sensibilidade para o debate que está sendo travando aqui e, mais do que isto, do seu pleno e total apoio. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) - Com esta intervenção do Senador Francelino Pereira e ainda não tendo uma data precisa para a próxima convocação, ela será comunicada aos Srs. Senadores, membros da Comissão.

Tivemos hoje uma sessão mais inspirada do que o usual, principalmente por parte dos Srs. Senadores e tivemos a satisfação de ter aqui o professor Sérgio Santeiro, da Universidade Federal Fluminense, a produtora Marisa Leão e o diretor Helvécio Ratton.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

**(Levanta-se a reunião às 12h05min.)**